

SUMÁRIO

TJ-PE

500 Questões Gabaritadas

Analista Judiciário e Oficial de Justiça - Conhecimentos Gerais

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	41

RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	18

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	19

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	19

DIREITO CIVIL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	18

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	19

DIREITO PENAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	18

SUMÁRIO

SUMÁRIO



DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	22

LEGISLAÇÃO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	16

SUMÁRIO



1. (2023)

HARD ROCK CAFE

As pessoas precisam de uma língua internacional para fazer negócios, viajar, estudar ciências, tecnologia, etc. Essa língua é o inglês. As pessoas também precisam de uma linguagem internacional para expressar emoções. Esta linguagem é a música. Os jovens precisam de um santuário. Eles gostam de se encontrar, comer decentemente, tomar um sorvete, expressar seus sentimentos e ideias, ouvir um bom pop/rock. Esse lugar é com certeza, o *Hard Rock Cafe*.

Início de uma promissora franquia, o primeiro restaurante HRC foi fundado em Londres, em 14 de junho de 1971, por dois jovens, Isaac Tigrett e Peter Morton. Sua estreia ocorreu em Londres, na área denominada de *Piccadilly*, próximo ao *Hyde Park*. O imóvel era amplo, pois, anteriormente fora um salão de automóveis. A decoração foi iniciada pelos dois sócios, eles preencheram as paredes com objetos relacionados ao Rock.

Atualmente, a decoração do HRC é composta por uma enorme coleção de itens como: instrumentos musicais, fotos, pôsteres, motos, roupas, etc. Essas relíquias pertenceram a roqueiros famosos como Madonna, Jimi Hendrix, Elvis, Peter Gabriel, Michael Jackson, Beatles, Prince, entre outros. O *Hard Rock Cafe* tem um slogan: “Ame todos, sirva todos”. E dizem que não é só um slogan: é o modo de vida deles.

Um exemplo é o de Eric Clapton, o qual dispensa apresentações, e vai ao HRC comer “*Pig*”, seu sanduíche favorito. Ele gosta de lá, pois é bem servido em um ambiente acolhedor. Mas se você não é uma estrela do rock... Não importa! Suponha que você esteja visitando o HRC pela primeira vez: você também será muito bem tratado, e vão lhe dar boas-vindas, por ser o mais novo membro da Família Hard Rock.

Talvez esta seja uma das razões do sucesso do *Hard Rock Cafe*. A outra pode ser a forma acolhedora como tratam a nós, brasileiros, o HRC oferece, também, bebidas tropicais com manga, abacaxi, banana, além do inesquecível café! Café expresso, café com leite, entre outras variedades. Vale conferir!

Observe os vocábulos: “negócios”, “santuário” e “ciências”. A seguir, assinale a alternativa correta em referência à acentuação e à ortografia.

- (A) “negócios” e “ciências” são palavras paroxítonas, já “santuário” é uma palavra proparoxítona.
- (B) “ciências” é uma palavra oxítona, já “negócios” e “santuário” são palavras paroxítonas.
- (C) “negócios”, “ciências” e “santuário” são palavras paroxítonas.
- (D) “negócios”, “ciências” e “santuário” são palavras proparoxítonas.
- (E) “negócios”, “ciências” e “santuário” são palavras oxítonas.

2. (2023)

Observe as palavras elencadas a seguir e indique suas classificações no que se refere à tonicidade.

O plural das palavras costuma não alterar a acentuação. Entretanto a palavra “pastel” é uma oxítona terminada em L e não é acentuada, mas o plural “pastéis” é . Há três outras palavras que contêm essa formação. Assinale a alternativa que apresenta a única palavra que, quando pluralizada, não recebe acento tônico na última sílaba.

- (A) carretel.
- (B) farol.
- (C) canal.
- (D) anel.



Raciocínio Lógico

1. (2024)

Em determinada investigação, decidiu-se por uma reconstituição do caso. Para haver uma maior fidelidade na reconstituição, a data escolhida deveria ser chuvosa. Então foram considerados cinco datas, sendo estas com as seguintes probabilidades: Dias A e B com a mesma probabilidade de chuva. Dia C com o dobro da probabilidade de chuva do dia A, e dia D com o dobro da probabilidade de chuva do dia B, e, por último o dia E com o dobro da probabilidade de chuva do dia D. Nestas condições, assinale a alternativa que apresenta qual a probabilidade da chuva ocorrer nos dias B ou D.

- (A) 40%
- (B) 50%
- (C) 30%
- (D) 70%
- (E) 60%

2. (2024)

Uma caixa contém 10 bombons de chocolate, 5 de morango e 5 de maracujá. Você pega um bombom sem olhar. Assinale a alternativa que apresenta a probabilidade de selecionar um bombom de chocolate nessa caixa.

- (A) 40%
- (B) 25%
- (C) 33%
- (D) 50%
- (E) 15%

3. (2023)

Com os dígitos {1, 2, 3, 4, 7} conseguimos formar números de 3 algarismos distintos. Suponha que um deles seja escolhido ao acaso, assinale a alternativa que apresenta qual a probabilidade deste número escolhido seja par.

- (A) $\frac{1}{5}$
- (B) $\frac{2}{5}$
- (C) $\frac{3}{5}$
- (D) $\frac{4}{5}$
- (E) $\frac{5}{5}$

**1. (2023)**

As fontes do direito administrativo constituem ou promovem o direito aplicável. Assinale a alternativa que apresenta apenas exemplos de fontes formais do Direito Administrativo.

- (A) A Constituição Federal, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a doutrina
- (B) Os costumes *secundum legem*, a doutrina e a Convenção Americana dos Direitos Humanos
- (C) A jurisprudência do Tribunal de Contas da União, os princípios gerais de direito e as leis complementares
- (D) A circular do Banco Central, o decreto legislativo e a resolução da Agência Nacional de Saúde Suplementar
- (E) A súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, a sentença com efeito erga omnes proveniente de ação coletiva e os costumes contra legem

2. (2023)

Considerando os princípios e fundamentos teóricos do direito administrativo, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) De acordo o critério da Administração Pública, o Direito Administrativo é um conjunto harmônico de princípios e regras que formam o regime jurídico administrativo; ele rege os órgãos, as entidades e os agentes no exercício da atividade administrativa independentemente do Poder a exerce (Legislativo, Executivo ou Judiciário)
- (B) De acordo com o de jurisdição única (Sistema Inglês) o controle do ato administrativo é realizado pela Administração Pública. Excepcionalmente, o Poder Judiciário poderá realizar o controle em casos de atividade pública de caráter privado, ações ligadas ao Estado e a capacidade das pessoas, propriedade privada e repressão penal
- (C) A expressão “empresas estatais” compreende toda e qualquer entidade, civil ou comercial, sob o controle acionário do Estado, englobando as empresas públicas, as sociedades de economia mista, suas subsidiárias e as demais sociedades controladas pelo Estado
- (D) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa

3. (2023)

Sobre Direito Administrativo, analise as afirmativas abaixo.

I. O Direito Administrativo é o ramo do direito público que trata de princípios e regras que disciplinam a função administrativa e que abrange entes, órgãos, agentes e atividades desempenhadas pela Administração Pública na consecução do interesse público.

II. Função administrativa consiste no dever do Estado, ou de quem aja em seu nome, de dar cumprimento, no caso concreto, aos comandos normativos, de maneira geral ou individual, para a realização dos fins públicos, sob regime jurídico prevalente de direito público e mediante atos ou comportamentos passíveis de controle.

Diante do exposto, assinale a alternativa **correta**.

- (A) As afirmativas I e II estão corretas
- (B) As afirmativas I e II estão incorretas

**1. (2024)**

Observando o que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 acerca dos princípios fundamentais, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, entre outros, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa
- (B) Entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil está erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais
- (C) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações
- (D) A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, entre outros, pelo princípio da não-intervenção
- (E) Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, entre outros, promover o pluralismo político

2. (2024)

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito. Assinale a alternativa que apresenta um dos seus fundamentos.

- (A) Construir uma sociedade livre, justa e solidária
- (B) Autodeterminação dos povos
- (C) Garantir o desenvolvimento nacional
- (D) Defesa da paz
- (E) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa

3. (2024)

De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa que apresenta os fundamentos da República Federativa do Brasil.

- (A) Soberania, cidadania e construção de uma sociedade livre, justa e solidária
- (B) Cidadania, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e a erradicação da pobreza
- (C) Soberania, cidadania, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, dignidade da pessoa humana e pluralismo político
- (D) Soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana e construção de uma sociedade livre, justa e solidária

**1. (2024)**

O Artigo 8º do Código Civil preceitua que se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum deles precedeu aos demais, presumir-se-á que as mortes foram simultâneas. O nome que se dá a isso é:

- (A) Comoriência
- (B) Premoriência
- (C) Contiguidade
- (D) Promoriência
- (E) Anteroguidade

2. (2023)

Considerando a personalidade e a capacidade das pessoas naturais no Código Civil de 2002, assinale a alternativa correta.

- (A) Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, entre outros, se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dez meses após o término da guerra
- (B) Os pródigos são incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer
- (C) É vedada a declaração da morte presumida, sem decretação de ausência, ainda que for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida
- (D) A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil e a incapacidade não cessará, para os menores, pelo casamento

3. (2023)

De acordo com o Código Civil, assinale a alternativa incorreta.

Serão registrados em registro público:

- (A) a emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz
- (B) a sentença declaratória de ausência e de morte presumida
- (C) a interdição por incapacidade absoluta ou relativa
- (D) os nascimentos, casamentos e óbitos
- (E) os atos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação

4. (2022)

No que se refere às disposições do Código Civil sobre personalidade e capacidade, assinale a alternativa que aborde corretamente a definição de comoriência.

- (A) Ocorre naqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade
- (B) Ocorre se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida
- (C) Ocorre se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra



1. IBFC - 2024

Assinale a alternativa que não se amolda a uma das características da jurisdição.

- (A) A jurisdição se debruça sobre problemas concretos, jamais abstratamente, como se dá com a função legislativa. O raciocínio do órgão jurisdicional é sempre problemático
- (B) A coisa julgada torna a decisão insuscetível de revisão para a própria jurisdição, razão pela qual se fala em “coisa soberanamente julgada” quando decorrido o prazo para propositura da ação rescisória
- (C) A coisa julgada é um atributo da decisão judicial, porém, não é um elemento da decisão, pois é uma situação posterior, que pode ou não ocorrer. Assim, pode haver jurisdição sem coisa julgada material, pois se trata de opção legislativa do Estado
- (D) O juiz realiza atividade criativa, eis que constrói a decisão de acordo com seu convencimento, procurando no legislativo, fundamentos para a mesma. Nesse sentido, inicialmente, o magistrado decide o caso e, em seguida, busca no sistema (legislação, princípios etc.) amparo para motivar sua decisão
- (E) O solucionador do conflito deve ser um terceiro imparcial e estranho ao litígio. O órgão julgador deve ser terceiro e interessado

2. IBFC - 2024

A respeito do que dispõe o Código de Processo Civil acerca da jurisdição e da ação, analise as afirmativas abaixo.

- I. Havendo substituição processual, o substituído poderá intervir como *amicus curiae*.
- II. Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.
- III. O interesse do autor não pode limitar-se apenas à declaração da autenticidade ou da falsidade de documento. Estão corretas as afirmativas:

- (A) I e II apenas
- (B) I e III apenas
- (C) II e III apenas
- (D) II apenas

3. IBFC - 2024

Considerando o que dispõe o Código de Processo Civil acerca dos limites da jurisdição nacional, assinale a alternativa correta.

- (A) Compete à autoridade judiciária estrangeira processar e julgar as ações que versam sobre contrato firmado no estrangeiro, ainda que no Brasil tiver de ser cumprida a obrigação
- (B) Em uma situação hipotética em que um consumidor com domicílio ou residência no Brasil adquire aparelho celular no exterior, não competirá à autoridade judiciária brasileira processar e julgar ação de consumo que envolva defeito neste celular
- (C) A submissão à jurisdição nacional deve ser expressa e não competirá à autoridade brasileira processar e julgar as ações em que as partes tacitamente se submetem à jurisdição nacional
- (D) Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra, conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil



1. IBFC - 2022

Relativamente aos métodos de interpretação da lei penal, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Interpretação contextual é realizada dentro do próprio texto elaborado, como no caso do art. 327 do Código Penal, que explica o conceito de funcionário público para fins penais
- (B) A interpretação evolutiva é a forma de interpretação que, ao longo do tempo, vai se adaptando às mudanças político-sociais e às necessidades do momento, como no caso da aplicação do crime de ato obsceno, previsto no art. 233 do Código Penal, em que no passado se entendia que condutas como o beijo lascivo se enquadravam em tal delito, mas, no presente, devido à maior “liberdade sexual”, entende-se que o beijo lascivo, por si só, ainda que praticado em via pública, não configura o crime
- (C) A interpretação doutrinária paralela é aquela que surge simultaneamente a um texto legal. Em resumo, o legislador edita determinada norma e, junto a ela, traz ensinamentos doutrinários sobre a sua matéria. Exemplo nítido de interpretação doutrinária simultânea é a Exposição de Motivos do Código Penal
- (D) A interpretação teleológica-objetiva busca a vontade da lei em si, por meio da análise da exposição de motivos da lei, por exemplo
- (E) A interpretação lógico-sistemática procura o sentido da lei, através da função gramatical dos vocábulos. Trata-se da primeira etapa do processo interpretativo, pois as palavras podem ser equívocas, não espelhando com fidelidade a vontade da lei

2. IBFC - 2022

No que se refere à lei penal no tempo, assinale a alternativa correta.

- (A) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória
- (B) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, exceto se já decididos por sentença condenatória transitada em julgado
- (C) Considera-se tempo do crime, o lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado
- (D) Uma vez decorrido o período de duração da lei temporária, esta não mais se aplica ao fato praticado durante sua vigência
- (E) Aplica-se a lei brasileira, com prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional

3. IBFC - 2024

A Lei penal, em sentido amplo, é a principal fonte imediata do direito penal. O princípio da legalidade está inscrito do artigo 1º do Código Penal, segundo o qual “Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal”. Sobre a aplicação da Lei penal, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória
- (B) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado



1. IBFC - 2022

Assinale a alternativa que apresenta o significado do princípio da oficiosidade

- (A) O princípio da oficiosidade impede que o juiz possa julgar com o conhecimento que eventualmente tenha além das provas constantes nos autos, pois, o que não estiver dentro do processo equipara-se à inexistência
- (B) Segundo os ditames do princípio da oficiosidade, como regra, a autoridade policial tem autonomia para instaurar inquérito policial em crimes de ação penal pública incondicionada sendo que em crimes de ação penal condicionada ou ação privada não se tem tal autonomia
- (C) O princípio da oficiosidade é assinalado pelos axiomas latinos *nemo iudex sine actore* e *ne procedat iudex ex officio*, ou seja, não há juiz sem autor, ou o juiz não pode dar início ao processo de ofício sem a provocação da parte interessada
- (D) O princípio da oficiosidade se concretiza mediante a interposição de recursos, decorrente da necessidade de possibilitar a determinados Órgãos do Poder Judiciário a revisão de decisões proferidas por juízes ou tribunais sujeitos à sua jurisdição
- (E) O princípio da oficiosidade traduz o dever que assiste ao Estado de facultar ao acusado a mais completa defesa quanto à imputação que lhe foi realizada. Este princípio guarda relação com o direito ao contraditório, segundo o qual ninguém pode ser condenado sem antes ter a oportunidade de ser ouvido quanto aos fatos imputados

2. IBFC - 2022

No que diz respeito aos sistemas do processo penal, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O respeito ao processo penal democrático demanda a aplicação do princípio da inércia jurisdicional. O juiz deve ter uma atividade probatória complementar, sem jamais se colocar na posição de parte, principalmente no papel da acusação, sob pena de violação ao sistema acusatório e ao princípio do juiz natural, uma vez que desse modo, deixa de ser juiz. Ter-se-ia um sistema inquisitivo, no qual o juiz acusa junto com o Ministério Público
- (B) O sistema acusatório caracteriza-se pela junção das funções de acusar, julgar, defender. O juiz é imparcial e as provas não possuem valor pré-estabelecido, podendo o juiz apreciá-las de acordo com a sua livre convicção, desde que fundamentada. O processo é público e estão presentes as garantias do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa
- (C) Verifica-se no sistema misto a presença de uma fase inicial inquisitiva, na qual se procede a uma investigação preliminar e a uma instrução preparatória, e uma fase final, em que se procede ao julgamento com todas as garantias do processo acusatório
- (D) A opção pelo processo penal acusatório resta evidenciada na Constituição Federal de 1988 ao prever como princípios garantidores e inerentes ao Estado democrático de Direito as garantias da inafastabilidade da tutela jurisdicional, do devido processo legal, do pleno acesso à Justiça, do juiz e do promotor natural, do tratamento paritário e equidistante das partes, da ampla defesa, da publicidade dos atos processuais e motivação dos atos decisórios, e da presunção da inocência
- (E) O sistema acusatório traz como corolários os princípios da inércia e da imparcialidade do órgão jurisdicional, inclusive, e especialmente, no tocante à impossibilidade de que o julgador substitua iniciativa que seja de atribuição exclusiva da parte

**1. (2025)**

De acordo com o Regimento Interno do TJPE, a composição do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco poderá ser alterada:

- (A) por resolução do Presidente do Tribunal, após consulta ao Órgão Especial.
- (B) exclusivamente por lei complementar aprovada pela Assembleia Legislativa.
- (C) mediante deliberação da maioria simples dos desembargadores.
- (D) apenas por deliberação de dois terços dos seus integrantes.
- (E) por ato conjunto da Presidência e da Corregedoria-Geral da Justiça.

2. (2025)

Sobre a eleição para os cargos diretivos do TJPE, é correto afirmar que:

- (A) o Corregedor-Geral da Justiça é eleito antes do Presidente.
- (B) a eleição ocorre obrigatoriamente no mês de fevereiro, com posse imediata.
- (C) é vedada a reeleição para qualquer cargo de direção.
- (D) podem concorrer todos os desembargadores, independentemente da antiguidade.
- (E) a posse ocorre na mesma sessão em que se realiza a eleição.

3. (2025)

No tocante ao preenchimento das vagas destinadas ao quinto constitucional no TJPE, assinale a alternativa correta:

- (A) A lista sêxtupla deve ser formada exclusivamente pelo Conselho Nacional de Justiça.
- (B) O prazo para indicação da lista sêxtupla é de 60 dias após a vacância.
- (C) A lista tríplice é formada mediante escrutínio secreto pelo Tribunal Pleno.
- (D) O Presidente do TJPE nomeia diretamente o novo desembargador entre os indicados.
- (E) O Chefe do Poder Executivo não participa do processo de nomeação.

4. (2025)

Assinale a alternativa correta sobre a composição do Órgão Especial do TJPE, conforme previsto no Regimento Interno:

- (A) Todos os seus integrantes são eleitos pelo Tribunal Pleno.
- (B) É formado por vinte desembargadores, sendo metade escolhida por eleição e metade por antiguidade.
- (C) Apenas os membros da Mesa Diretora podem integrar o Órgão Especial.
- (D) O Órgão Especial não possui competência jurisdicional.
- (E) São escolhidos dez membros por antiguidade, cinco por eleição e cinco por indicação do CNJ.